

## **Práticas Cibernéticas de Recodificação do Sexo: Análise da Página *Genderless Nipple* nas Redes Sociais<sup>1</sup>**

Alessandra Pereira WERLANG<sup>2</sup>

Alexandre Rocha da SILVA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### **Resumo**

Os códigos, cibernéticos ou não, são definidos por convenção. Esses signos estão no âmbito da cultura, sendo impossível compreendê-los fora dessa dimensão. Assim, o sexo/gênero - imerso no discurso – apresenta-se como mais um instrumento de regulação das estruturas de poder. A linguagem cibernética, como reprodutora e produtora de sentidos, utiliza códigos para a estruturação de seus algoritmos. Assim como as outras estruturas, a internet regula e molda seu conteúdo de acordo com suas políticas. A pesquisa em desenvolvimento pretende analisar de que forma imagens que burlam os mecanismos de censura das redes sociais, como, por exemplo, as fotos de mamilos que permanecem na página *Genderless Nipple* (Mamilos sem Gênero), contribuem para explicitar possíveis paradoxos na codificação dos corpos.

### **Palavras-chave**

Comunicação; *Genderless Nipple*; Instagram; códigos.

### **1. Introdução**

Ressignificações ao longo da história transformaram os seios femininos, de símbolo sacro e maternal, a objeto erótico e obscuro. Tais codificações agem antes mesmo de significar o seio, determinando o que é um seio feminino. Retificados ao longo do tempo, é impossível de acesso a origem de tais códigos que sujeitam os corpos. Por esse motivo, tais signos, que são sempre formados pela cultura, são tomados

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Estudos Interdisciplinares, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da Fabico-UFRGS, bolsista de Iniciação Científica pela PROBIC/FAPERGS, email: alessandra.werlang@ufrgs.br

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, email: arsrocha@gmail.com

---

como da natureza. Para romper com essa ordem, são necessários acontecimentos que façam desterritorializar o que é territorializado e dar a ver tais agenciamentos.

A linguagem cibernética, como reprodutora e produtora de sentidos, se utiliza dos códigos culturais para sua construção de códigos algoritmos, que irão manter a ordem nas redes. Assim como as outras estruturas, a internet regula e molda seu conteúdo de acordo com suas políticas de uso. A pornografia, por exemplo, é frequentemente apagada das redes sociais.

Esse artigo pretende buscar na página do Instagram *Genderless Nipples* acontecimentos tetravalentes, conforme a concepção de Deleuze e Guattari (2011), de desterritorialização e reterritorialização e agenciamentos de corpos e enunciados. A página, que contém várias fotos de mamilos femininos e masculinos, busca burlar as políticas de uso da rede social com o objetivo de explicitar os paradoxos na codificação dos corpos. O que identificaria um seio feminino? O que faz dele objeto de censura?

Nem dentro da classificação mulheres podemos identificar um único padrão. A mulher, como signo do objeto concreto, não é o próprio objeto e nem mesmo pode representar a todos objetos sobre todas características que possuem. Tais regimes de enunciação, que afetam os corpos, estão presentes em todos os campos das nossas vidas. É por isso que, ao explicitar os paradoxos dentro das políticas do Instagram, os agenciamentos vão além da plataforma e conseguem dar a ver as palavras de ordem que constroem nossas concepções.

## **2. Códigos e Estruturas**

Para entender como a codificação age sobre os corpos, Umberto Eco, no Tratado geral da Semiótica (2002), explica que a construção de signos que compõem essa ordem de códigos se dá quando associações são reconhecidas culturalmente e são sistematicamente codificadas. A comunicação é parte fundamental da construção da cultura, pois é por meio dela que é possível construir sistemas de significação que serão constantemente reiterados. O alto grau de reiteração durante o tempo é o que forma codificações das quais não temos mais acesso a uma raiz fora da convenção. Esse é o

caso, por exemplo, da formação de corpos femininos e masculinos, ligados a ordem compulsória gênero, sexo e desejo (BUTLER, 2001).

Porém, Eco reforça que os códigos não são meros organizadores de signos já prontos, mas “um código proferia regras para gerar signos como ocorrências concretas do curso da interação comunicativa” (2002, p.40). O sistema binário de sexo, altamente codificado e tomado como natural por órgãos reguladores como a ciência, Igreja e o Estado, é entendido por teóricos *queer* como um código cultural, assim como os que Eco se refere. O sistema opera através de apagamentos e exclusões do que foi eleito como

[...] fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. O termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. (LOURO, 2001, p.548)

O que convencionamos pelo discurso nos aprisiona de tal forma que é impossível pensar fora da palavra. Nos identificamos e nos construímos a partir do que está dado. É na palavra de ordem que, segundo Guattari e Deleuze, a unidade elementar da linguagem está posta. É nessa palavra de ordem que a ordem está inscrita e não há significação anterior há ela.

A professora não se questiona quando interroga um aluno, assim como não se questiona quando ensina uma regra de gramática ou de cálculo. Ela ‘ensina’, dá ordens, comanda. Os mandamentos do professor não são exteriores nem se acrescentam ao que ele nos ensina. Não provêm de significações primeiras, não são a consequência de informações: a ordem se apóia sempre, e desde o início, em ordens, por isso é redundância. A máquina do ensino obrigatório não comunica informações, mas impõe à criança coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, sujeito do enunciado-sujeito de enunciação etc). A unidade elementar da linguagem — o enunciado — é a palavra de ordem. Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 11-12)

Mesmo quando se refere a objetos materiais, como os corpos, o discurso não pode ser entendido como simples referência ao objeto, pois designa estados de mundo. A

---

mulher, como objeto da linguagem, é material, mas diferente em diversos aspectos, dos quais entendemos que são fatores culturais, que variantes conforme região, tempo e contexto. Por isso, “deve-se assumir que, em princípio uma expressão não designa um objeto, mas veicula um conteúdo cultural” (ECO, 2002, p.51).

Judith Butler considera, porém, que a mesma norma que reitera é aquela que possibilita a reflexão e fissuras do modelo:

Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o "sexo" é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do "sexo" em uma crise potencialmente produtiva. (BUTLER, 2001, p.163 - 164)

Portanto, é o próprio mecanismo que, em suas falhas e lacunas na codificação, da espaço para que tais palavras de ordem sejam questionadas. Eco acredita que “ao desviar mensagens, juízos, referências, contribuimos para modificar os códigos [...]” (ECO, 2002, p. 132). Tentar recodificar o sexo é, então, modificar tais códigos, inovando em sua mensagem e referência.

No ambiente digital, as mesmas regras podem ser aplicadas. O espaço virtual é também formado pelo externo e as redes sociais são moldadas pela interação dos usuários, no constante uso reiterativo. Para o trabalho, é interessante analisar os processos de desterritorialização (conflitos com o existente) e reterritorialização (conflito com o que pode vir a ser organizado novamente) criados a partir das linhas de fuga geradas pelas singularidades no uso das redes (DELEUZE, GUATTARI, 2011). A internet, apesar de ser conhecida como um território de livre expressão, tem inúmeros dispositivos de controle para seu conteúdo.

Lazzarato (2014) adverte que o regime que agencia os corpos não é mais da ordem da sujeição social, mas sim dos devires, por instituições cada vez mais molares. Não é mais necessário uma ordem que aja sobre os corpos em sua materialidade, pois os agenciamentos se dão no campo da subjetividade. Quanto mais codificadas estão essas

relações, menos enxergamos como se dão esses agenciamentos. O próprio processo é modelizador e controlador, como no caso das políticas de conteúdo das redes sociais ou dos formatos de uso de seus serviços, que são modelizantes.

### **3. A Nudez e a Censura do Corpo**

Pelas políticas de termos de uso, ou padrões de comunidade, do Instagram e Facebook, é possível perceber o estabelecimento de regras prévias que determinam que conteúdos não podem ser disponibilizados pelos usuários. Acessando a página do Instagram, é possível encontrar entre os termos a seguinte condição: “você não pode publicar fotos ou outros tipos de conteúdo por meio do Serviço que sugiram violência, nudez, nudez parcial, discriminação, atos ilegais, transgressões, ódio, pornografia ou sexo”. O Facebook obtém a também políticas de uso que limitam a exposição dos corpos, porém após algumas repercussões negativas quanto a retirada de imagens de mulheres após a mastectomia e mulheres amamentando, incluiu nos padrões da comunidade a descrição de que tais conteúdos não seriam retirados. Além da empresa fazer a vigilância, os próprios usuários são incentivados a colaborar com as denúncias do que está fora do padrão da comunidade.

Paula Sibila (2015) caracteriza as redes sociais, assim como em menor grau outros veículos de comunicação, como grandes influenciadores e modelizantes de subjetividades. Um dos sintomas que ela destaca é o “culto ao corpo”. O ativismo feito por meio da nudez visa chamar atenção para aquilo que ainda é um tabu: o corpo.

De fato, uma das “boas causas” defendidas pelos corpos que hoje adoram se exhibir é, precisamente, o direito de que qualquer um – ou melhor: qualquer uma – possa mostrar seu corpo nu, para além dos limites do espaço privado ao qual os “processos civilizatórios” o relegaram nos primórdios da era moderna (Elias, 1994; Bologne, 1986; Vigarello, 1996). Mas essa “democratização” da nudez feminina, que hoje parece em auge, continua a enfrentar pelo menos dois inimigos ancestrais: de um lado, os julgamentos baseados na sua adequação aos padrões estéticos em vigência (divinas-nude); de outro, a estigmatização em nome da obscenidade (impuras-naked). (SIBILA, 2015, p. 183)

Haveria então duas formas de nudez. Uma artística, que buscava ideias de beleza e uma certa inocência e pureza, como na arte sacra, da qual podemos chamar de *nude*, e a outra seria a nudez crua, vergonhosa e impura, chamada de *naked* (SIBILA, 2015).

Paula Sibila (2014), no seu artigo “O que é obsceno na nudez? Entre a Virgem medieval e as silhuetas contemporâneas”, discorre sobre as mudanças de olhares sobre os corpos. Os seios femininos nem sempre foram alvo de erotismo. “Em 1350, o seio era um símbolo religioso; por volta de 1750, foi erotizado e medicalizado, de modo que já não seria mais utilizável, nem foi mais utilizado, como um símbolo religioso” (MILES, 2008, p. 9, apud SIBILA, 2014, p. 39). A erotização, portanto, não é inata aos seios, mas sim construída culturalmente, com a possibilidade de ser mutável conforme o tempo e local inseridos.

O culto ao corpo da atualidade entra então em choque com o desprezo pela sua materialidade. A imagem aceita e cultuada é aquela que está extremamente codificada, que já não aparenta corpo orgânico: “[...] sua carga mística agonizava e desativavam-se suas potências comoventes no plano espiritual, o saber anatômico e a indústria pornográfica as foram capturando, até acabar envolvendo-as em suas próprias lógicas” (SIBILA, 2014, p. 40). São os agenciamentos promovidos pela indústria capitalista em torno da pornografia e pela ciência biológica que capturam o corpo e o reterritorializam com novas significações.

Tendo em vista esse contexto, a tarefa de desnaturalizar tais verdades por meio das ferramentas genealógicas se tornou mais complicada e, ao mesmo tempo, mais urgente, devido à enorme relevância do corpo na cultura contemporânea e à sutileza das amarras imagéticas desenvolvidas pelos mais novos dispositivos de poder. Porque esse olhar purificador que hoje censura as imagens corporais – particularmente as de nudez feminina, especialmente aquelas aqui consideradas como de auto-exposição – responde a novas regras morais, bem diferentes daquelas que “assujeitavam” os corpos humanos ao longo da era disciplinar, embora não sejam menos severas e com efeitos igualmente nocivos. (SIBILA, 2015, p. 195)

É na investigação genealógica dos objetos que será possível apontar as territorializações e desterritorializações sofridas pelos corpos para identificar quais agenciamentos o levaram a ser significado de tal maneira. As camadas de codificação,

com o decorrer da história e processos de reitificação, se tornam cada vez mais difíceis de serem enxergadas, e é impossível chegar a tal origem de uma palavra de ordem. Sibila, na citação acima, remete às concepções de Lazzarato (2014) descritas nesse texto. É de outra ordem a modelização dos corpos, menos severas na sua materialidade, mas igualmente fortes nas subjetividades, principalmente por não serem vistas e mais dificilmente combatidas.

Produções como as do movimento *Free the Nipple* são, portanto, de elevado grau de potencialidade em produzir linhas de fuga, apesar de o sistema ser bem sucedido em reterritorializar tais linhas em torno de seus interesses. Tais movimentos “[...] parecem ter como um de seus objetivos implodir tais codificações corporais [...]” (SIBILA, 2015, p. 196). Paula Sibila faz, porém, um alerta:

Talvez se esteja fazendo um esforço, nesse terreno, por re-sacralizar, de algum modo, as imagens corporais em contato ativo com a rica memória imagética que nos constitui, procurando des-secularizar e até mesmo des-erotizar sua nudez. Quiçá se trate de desnudá-la por sua vez, para poder vê-la e vivê-la de outras formas ao imantá-la com novos sentidos e ao lhe conceder outras significações. Não é casual que esse campo hoje se encontre em ebulição, como dando conta de uma importante disputa: talvez se esteja gestando ali uma nova torção nos regimes de visualidade, uma transição rumo a outras formas de ver, viver e simbolizar a nudez corporal. (SIBILA, 2014, p. 52)

É impossível prever que forças surgiram de tais acontecimentos e como elas podem se agenciar. A importância reside no fato de tais linhas de força terem sido abertas, para, quem sabe, mais a frente conseguirem mudar a estrutura.

#### 4. *Genderless Nipples*

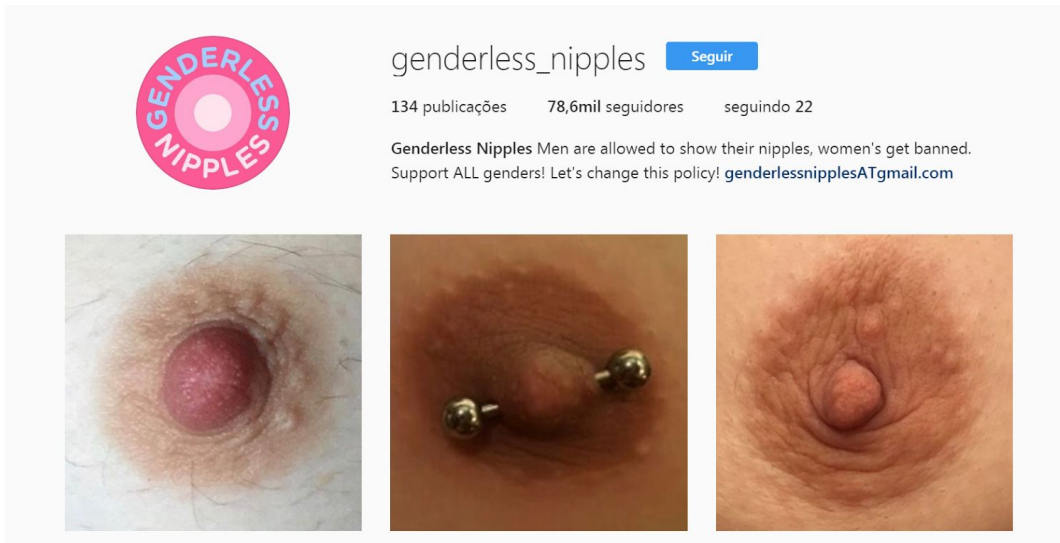
A página *Genderless Nipples* (na tradução “Mamilos sem Gênero”) em sua biografia do Instagram, traz a descrição: “Men are allowed to show their nipples, women's get banned. Support ALL genders! Let's change this policy!”<sup>4</sup> O objetivo da página, através da contribuição de seus usuários com fotos de seus mamilos, é burlar a

---

<sup>4</sup> Tradução: “Homens tem a permissão de mostrarem seus mamilos, as mulheres são banidas. Apoie TODOS os gêneros! Vamos mudar essa política!”. Disponível em: [https://www.instagram.com/genderless\\_nipples/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/genderless_nipples/?hl=pt-br). Acesso em 12 julho de 2017.

política de uso do Instagram, que proíbe imagens de seios femininos e, como punição, exclui tais mulheres da comunidade.

Figura 1 - Página *Genderless Nipples* no Instagram<sup>5</sup>



Pela incapacidade do Instagram avaliar se são seios femininos ou masculinos somente pela foto dos mamilos, a página procura mostrar que não há diferenciação entre os dois e por isso a proibição é incabida. Como tática, a página orienta aos usuários a centralizar o mamilo para a câmera em uma distância de mais ou menos o tamanho de uma lata de refrigerante. Para dificultar ainda mais a verificação da imagem, propõe manter os seios sem nenhum pelo. A página considerou bem sucedida sua política quando obteve o primeiro bloqueio em uma de suas fotos, e ela era de um mamilo masculino.

Podemos dizer que a página *Genderless Nipples* é, portanto, um acontecimento, agenciado pelos regimes de tetralvência propostos por Deleuze e Guattari (2011). Em acontecimentos múltiplos e simultâneos, os agenciamentos maquínicos dos corpos influem nos agenciamentos coletivos de enunciação, que podem transformar incorpóreamente esses corpos, e vice e versa. Assim como, em outro eixo, ocorrem os agenciamentos de desterritorialização e territorialização.

<sup>5</sup> Fonte: *print screen* da Página *Genderless Nipples* no Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/genderless\\_nipples/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/genderless_nipples/?hl=pt-br); Acesso em 12 julho de 2017.



As desterritorializações causadas pela subversão do código posto aos corpos femininos e masculinos é formadora de linhas de fuga para tais codificações. Porém, aí se instaura o conflito da territorialização, no qual existirá um choque de poderes entre a ordem estabelecida e o que poderá vir a ser. Esses regimes já instaurados são fortes capturadores de linhas de fuga, para assim manter a ordem como a conhecemos.

É possível perceber que o potencial das fotos é desterritorializar o conhecimento sobre a diferença dos corpos. A territorialidade instaurada sobre eles pelos diversos enunciados que partem do Estado, ciência, religião entre outros mecanismos de poder formadores de palavras de ordem, e que agem em conformidade com a territorialidade da internet ou do Instagram, é desestabilizada quando se encontram paradoxos como este.

É importante ressaltar que não é a busca de uma homogeneidade que deve ser feita quando se propõe um movimento de identificar os mamilos como todos iguais. Deve se pensar nesse movimento como desconstrutor dos preceitos sobre os corpos, que agenciam suas subjetividades, e não tentar novamente enquadrá-los em uma categoria de uniformidade. O papel de homens e mulheres transsexuais, por exemplo, é muito importante para a reflexão mais profunda sobre o assunto, que nos leva a pergunta: existem seios de mulheres ou de homens? Ativistas transsexuais utilizam dessas incongruências para protestar contra políticas misóginas mostrando seus seios. Como proibir um homem de tirar a blusa? Ou como permitir que mulheres trans sem registro exponham seus seios?

## **5. Considerações Finais**

A internet é frequentemente vista como território de livre expressão, porém é necessário pensar nos espaços digitais como agentes modelizantes, que agem principalmente sobre as subjetividades ao invés de se apresentar como regulador de materialidades. Seu formato pré dado é sintoma de uma regulação autoritária.

Pensar nos acontecimentos e suas potencialidades nesse âmbito, como é o caso da página *Genderless Nipples*, contribui não somente para uma desterritorialização das

estruturas das redes como dá a ver as palavras de ordem que constituem nossos enunciados. É na ordem de descodificar que essas ações vão agir.

Podemos falar que tais agenciamentos em rede são capazes de hackear códigos. Hacker é a palavra que, no âmbito da informática, é capaz de modificar sistemas. Aplicada ao campo dos códigos, o hacker desvenda tais estruturas, gerando a possibilidade de alterá-las. Não é previsível quais agenciamentos podem ser gerados a partir dessas desterritorializações, porém a criação de tais linhas de fuga são necessárias para oportunizar uma nova significação.

### **Referências bibliográficas:**

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Em LOURO, Guacira Lopes (org). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp 151-172

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo; Helsinque: n-1 Edições; Edições Sesc São Paulo, 213p., 2014

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas, jun./dez, 2001.

SIBILIA, Paula. **O que é obsceno na nudez? Entre a Virgem medieval e as silhuetas contemporâneas**. FAMECOS, vol. 21, nº 1, pp.24-55, jan.-abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza?** Cadernos pagu, vol. 44, pp. 171-198, jan.-jun. 2015.